

GIOVANNA PAOLA PRIMOR RIBAS

A PROTEÇÃO JUDICIAL DO PATRIMÔNIO

C



Editora
UEPG

Copyright © by Giovanna Paola Primor Ribas & Editora UEPG

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Equipe editorial

Coordenação editorial Lucía Cortes da Costa
Preparação de originais e ficha catalográfica Cristina Maria Botelho
Revisão Tikinet Edições
Projeto gráfico Daniela Alvarenga
Diagramação Estudio Texto
Capa Daniela Alvarenga

341.347
R482p

Ribas, Giovanna Paola Primor
A proteção judicial do patrimônio cultural /
Giovanna Paola Primor Ribas. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2015.
164 p.

ISBN 978- 85-7798-193-9

1-Proteção Judicial. 2-Patrimônio cultural – Ato administrativo – Brasil. I.T.

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Campus Central - Praça Santos Andrade, n.1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
e-mail: vendas.editora@uepg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

O PATRIMÔNIO CULTURAL	23
1.1 MEIO AMBIENTE, DIREITO E CULTURA	25
1.1.1 O CONCEITO DE CULTURA	27
1.2 A CULTURA TRANSFORMADA EM MERCADORIA: A INDÚSTRIA CULTURAL	29
1.2.1 OS EFEITOS DA INDÚSTRIA CULTURAL: A HOMOGENEIZAÇÃO DA CULTURA ..	37
1.3 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	41
1.4 INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	48
1.4.1 PRINCIPAL INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO: O TOMBAMENTO	54

CAPÍTULO 2

AS TRANSFORMAÇÕES DO JUDICIÁRIO EM FACE DE SUAS RESPONSABILIDADES SOCIOCULTURAIS	57
2.1 ESTADO, DIREITO E CONSTITUCIONALISMO	59
2.2 O PODER JUDICIÁRIO E ALGUMAS CORRENTES DO PENSAMENTO JURÍDICO	63
2.3 A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA CLÁSSICA E O ESTADO LIBERAL	67
2.4 A NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O ESTADO SOCIAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO	70
2.4.1 O NEOCONSTITUCIONALISMO	74
2.4.2 A CRISE DO ESTADO SOCIAL	81
2.5 A DECADÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	86

CAPÍTULO 3

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS: O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	91
3.1 O ATO ADMINISTRATIVO DO TOMBAMENTO E SUA NATUREZA JURÍDICA ...	93
3.1.1 LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	94
3.1.2 ATO ADMINISTRATIVO DECLARATÓRIO	95
3.1.3 ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO	97
3.2 O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO	98
3.3 O MÉRITO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	100
3.3.1 DISCRICIONARIEDADE E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS	103
3.4 O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DISCRICIONÁRIOS	107

CAPÍTULO 4

CASOS JUDICIAIS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL	113
4.1 TÉCNICAS DE TUTELA COLETIVA DO AMBIENTE	115
4.1.1 O PROCESSO COLETIVO CAUTELAR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	115
4.1.2 A AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	119
4.1.3 A AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	121
4.2 O CASO DA DEMOLIÇÃO DA CERVEJARIA ADRIÁTICA EM PONTA GROSSA, PARANÁ	125
4.2.1 A HISTÓRIA DA CERVEJARIA ADRIÁTICA	129
4.3 O CASO DA DEMOLIÇÃO DA MARQUISE DO MARACANÁ, RIO DE JANEIRO	136
4.4 O CASO DA DEMOLIÇÃO DO ANTIGO MUSEU DO ÍNDIO	142
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS	153
ANEXO A – INFORMAÇÃO Nº 013/1996 – CPHA	163
ANEXO B – INFORMAÇÃO Nº 020/1996 – CPHA	164

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1 – DADOS SOBRE O MERCADO DA MÚSICA	34
QUADRO 2 – NÚMEROS NACIONAIS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	36
QUADRO 3 – DIREITOS COLETIVOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	121
FIGURA 1 – AS PIRÂMIDES DO LOUVRE	38
FIGURA 2 – VISTA DO COLISEU DE UM BISTRÔ	39
FIGURA 3 – PIAZZA DI SPAGNA NO VERÃO DE ROMA	40
FIGURA 4 – PLACA INDICATIVA NO CENTRO DE ROMA	40
FIGURA 5 – DEMOLIÇÃO DA CERVEJARIA ADRIÁTICA	125
FIGURA 6 – CERVEJARIA ADRIÁTICA 1	130
FIGURA 7 – CERVEJARIA ADRIÁTICA 2	130
FIGURA 8 – MARACANÁ	137
FIGURA 9 – ANTIGO MUSEU DO ÍNDIO	143